



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

## **ATA DA DÉCIMA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA – DISCUSSÃO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 062/2019 – PLOA 2020.**

Ata da Décima Segunda Audiência Pública, realizada na Câmara de Vereadores “Palácio Deputado José de Souza Cândido”, nas dependências do Plenário “Francisco Marques Figueira”, cujo prédio fica situado na Rua dos Três Poderes, nº 65, Jardim Paulista. Ao vigésimo terceiro dia mês de novembro de dois mil e dezenove, às 14h45, dá-se início à Décima Segunda Audiência Pública, do Terceiro Exercício da Décima Sétima Legislatura, sob a Presidência da Ver<sup>a</sup>. Gerice Rego Lione – PL (Esposa do Prefeito da Academia) que, em nome de Deus e da Pátria, declara aberta a sessão e anuncia: “Esta Audiência Pública tem por objetivo a discussão sobre o Projeto de Lei nº 062/2019, de autoria do Executivo Municipal, que estima a receita e fixa a despesa do município de Suzano para o exercício de 2020, e dá outras providências [PLOA 2020], conforme o artigo 48, § 1º, inciso I da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000. Convido a Ver<sup>a</sup>. Neusa dos Santos Oliveira para recepcionar o secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Corrêa Viana; o diretor de orçamento, Sr. Willian Nakamura e o diretor de receitas, Sr. Ademilson Freire para ocuparem lugar na mesa de trabalho. Informo que o Prefeito Rodrigo Kenji Ashiuchi foi convidado para esta audiência. Convido a equipe de apoio do secretário a adentrar no plenário. Como em todas audiências, depois da explanação do secretário passarei a palavra aos vereadores para fazerem suas perguntas e ao público presente. Passo a palavra ao Secretário de Planejamento e Finanças para suas considerações iniciais e apresentação da LOA.” **Com a Palavra o Secretário de Planejamento e Finanças, ITAMAR CORRÊA VIANA:** “Boa tarde, Presidente Gerice Lione, em nome da Prefeitura, em nome da Secretaria de Planejamento e Finanças, em atendimento ao seu convite, hoje, 23 de outubro de 2019, estamos realizando a Audiência Pública referente ao Projeto de Lei nº 062/2019, de autoria do Executivo, que estima a receita e fixa as despesas do município para o exercício de 2020, ou seja, a nossa LOA 2020. Está presente o diretor de orçamento e planejamento, Sr. Willian Nakamura; o diretor de receita, Sr. Ademilson Souza Freire e a nossa equipe de Planejamento e Finanças. Passarei a palavra para o Willian para dar abertura dos trabalhos.” **Com a palavra o diretor de orçamento e planejamento, Sr. Willian Nakamura:** “Boa tarde! Boa tarde, nobres vereadores, muito obrigado pelo convite! Dando início à apresentação do Projeto da Lei Orçamentária 2020, peço para passar os slides no *power point*. As peças orçamentárias foram introduzidas pela Constituição Federal de 1988, no artigo 165. Então, definiram três peças orçamentárias: o **Plano Plurianual (PPA)**, a **Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO)** e a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**. O **PPA** é composto com programas, metas e indicadores para quatro anos. Baseado no plano de governo do prefeito eleito é construído um Plano Plurianual no qual são criados programas governamentais que têm suas metas e indicadores para os próximos quatro anos e ele é proposto no primeiro ano do governo eleito. Nós temos a **LDO** que são as metas de prioridade para cada ano. Então, a cada ano temos que elaborar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias onde ditaremos as diretrizes da lei orçamentária, bem



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

como, as metas e prioridades do ano seguinte. Por fim, a **Lei Orçamentária Anual (LOA)**, discutida hoje, proverá os recursos para ações necessárias ao alcance das metas. Então ela faz a estimativa final da receita, fixa as despesas para que seja possível a realização das metas estipuladas no PPA e na LDO. Prosseguindo, nós temos um demonstrativo de como funciona a Constituição Federal, as peças orçamentárias.



“Então ela é uma associação do planejamento com o orçamento e obriga a elaboração dessas três peças orçamentárias. O PPA basicamente é o planejamento, a LDO a orientação e a LOA a execução. Geralmente a Lei Orçamentária é levada como a mais importante, porque é a efetivamente utilizada no dia a dia dos três poderes: Judiciário, Legislativo e o Executivo. Enfim, a gente tem um demonstrativo, na verdade, a junção do planejamento da gestão do orçamento, temos os programas estipulados no plano plurianual. Prosseguindo, nós temos um demonstrativo na nossa receita total, o histórico de 2015 até 2020. A receita total estimada para 2020 é de R\$ 908 milhões.”

## Evolução da Receita do Município R\$ Mil



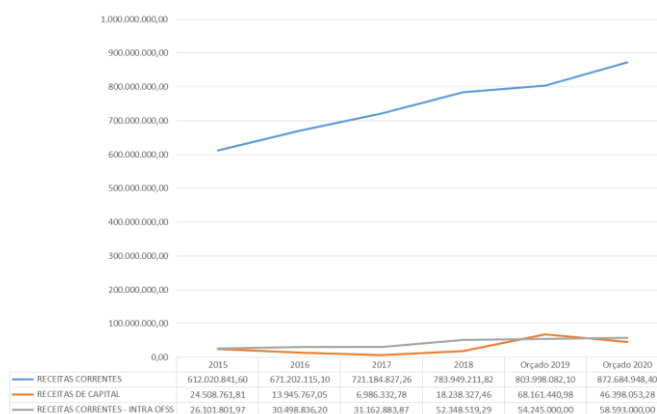


# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

“No slide seguinte, a gente tem a divisão entre receitas correntes de capital e as receitas intraorçamentárias, que seriam as receitas do Instituto de Previdência do Município. As receitas correntes estão estimadas em R\$ 872 milhões; as receitas de capital em R\$ 46 milhões e as intraorçamentárias R\$ 58 milhões.”

## Receitas de Capital, Correntes e Intra OFSS



**Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Obrigado, Willian, na verdade, só vou apresentar a evolução da receita do município em milhões. Se a gente puder voltar o quadro anterior, infelizmente nós não colocamos os dados ali, mas é nítida no gráfico a variação de 2016, depois 2017, que você já encontra uma régua nos 700 milhões e hoje estamos chegando em R\$ 908 milhões no município de Suzano. Então essa evolução da receita do município retrata bem o trabalho feito por todas as equipes de Finanças, de Planejamento, da mudança do comportamento das finanças do município. Realmente, são os números mostrando de fato a evolução da receita literalmente do município. O outro quadro que foi apresentado, que é a Receitas de Capitais Correntes e Infra, é interessante, a gente pega de umas receitas correntes em 2016 de R\$ 671 milhões, orçados para 2020 o valor de R\$ 872 milhões. Então numa ordem de R\$ 200 milhões de receita própria do município. Isso na verdade é a capacidade de crescimento do município nesta gestão do prefeito Rodrigo Ashiuchi. Receitas de Capitais também são indicadores muito positivo, porque você pega em 2017 R\$ 6, R\$ 7 milhões e em 2020 aqui R\$ 46 milhões. Receitas de capitais são aquelas, como a gente apresentou em outras demandas, é o investimento que órgãos fazem no município, ou seja, acredita que o município tem essa capacidade de crescimento. Então os bancos, os fomentos, eles vêm fazer essa tomada de empréstimo, inclusive, com a autorização da Câmara Municipal. Isto é, o município está crescendo, está tendo mais



# Câmara Municipal de Suzano

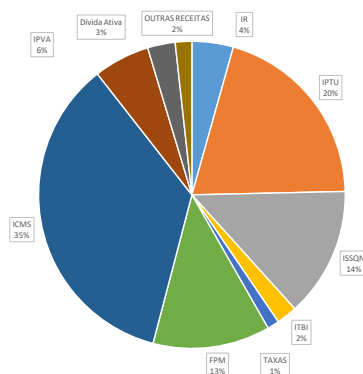
*Estado de São Paulo*

credibilidade e os órgãos de finanças passam a ser mais credor, ou seja, emprestar mais o recurso para nós. Isso contempla esses R\$ 908 milhões que é o todo do orçamento para 2020. Vou voltar com o Willian.” **Com a palavra o diretor de orçamento e planejamento, Sr. Willian Nakamura:** “Aqui a gente tem um gráfico, Principais Receitas, está um pouco difícil para enxergar. A gente cita o percentual de representatividade das receitas do município. Nós temos, por exemplo, o ICMS, que é representado pela maior faixa, cerca de 35 % da receita municipal, somente do ICMS. A seguir, temos o IPTU com 20%, o ISS com 14% e o FM com 13%. Estava comentando com o secretário que há alguns anos a representatividade do ICMS era muito maior, isso se deve com relação ao IPTU e ao ISS, principalmente, devido ao aumento da fiscalização e das revisões de plantas genéricas do IPTU que ocorreram duas vezes desde 2013.”



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

### Principais Receitas do Município em 2020



**Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Também mostra que de receitas próprias o ICMS é uma receita que provém, logicamente, do governo federal, que repassa 25% para o município. Isso mostra a capacidade de receita própria do município. Se o governo estadual tiver dificuldade de repasse do ICMS, vai ter dificuldade de repasse para do município. Então, nossa receita própria está nos deixando mais tranquilos, diria está mais sólida na questão financeira. Esse desenho quando diminui é porque um dos itens, dentro da pizza, pode variar. Assim como a dívida ativa melhorou, que era bem menor, a participação de dívida ativa também foi melhorando, o IPVA, a frota vai aumentando, a participação de cada um desses itens acabou realmente contemplando essa evolução, essa melhoria.”



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

## Investimento na Educação

Despesas com Folha de Pagamento	163.348.192,63
Folha de Pagamento Recurso Fundeb	116.676.000,00
Folha de Pagamento Recurso Tesouro	46.672.19263
Outras Despesas Correntes	78.103.312,42
Despesas Totais	243.502.105,05
Valor Percentual de Aplicação Obrigatória (Mínimo 25%)	28,33%

**Com a palavra o diretor de orçamento e planejamento, Sr. Willian Nakamura:** “Proseguido, nós temos aqui um quadro demonstrativo do investimento na Educação. As despesas de folha de pagamento da educação somam R\$ 163 milhões. Dentre este valor R\$ 116 são recursos do Fundeb, e os demais são do Tesouro. Outras despesas correntes R\$ 78 milhões. Então, o total para a educação orçado é R\$ 243 milhões. A título de comparação, então o mínimo a ser aplicado pelo município é 25% e o orçado está em 28,33%, 3,33% acima da obrigação da Constituição.

## Investimento na Saúde

Despesas com Folha de Pagamento	71.063.552,43
Outras Despesas Correntes	117.069.630,75
Valor Total Aplicado Tesouro	142.779.884,68
Receitas Vinculadas às Despesas da Saúde	53.953.965,40
Despesa Total	196.733.850,08
Valor Percentual de Aplicação Obrigatória (Mínimo 15%)	24,38%

“O investimento na Saúde, no próximo *slide*, temos aqui separado a folha de pagamento somando R\$ 71 milhões; as outras despesas correntes R\$ 117 milhões. As despesas somente com o Tesouro somam R\$ 142 milhões, e os vinculados R\$ 53 milhões. Então, a despesa total de R\$ 196 milhões. A aplicação obrigatória é de 15% e estamos em 24,38% do valor orçado.” **Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Quero agradecer a presença da Ver<sup>a</sup>. Neusa do Fadul e do Ver. Leandrinho. Presidente, na verdade, fiz um quadro



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

da evolução do orçamento, o que muitas vezes é questionado, porém é bem interessante esta informação. Na Secretaria Municipal de Educação em 2016 foram investidos dentro do orçamento R\$ 183 milhões. A proposta para 2020 é de R\$ 241 milhões, ou seja, uma diferença de 31,44%, conforme o quadro, isto é, mostra realmente a preocupação com a educação neste investimento. Separei três quadros aqui que é a **Secretaria Municipal de Saúde**, que também teve o incremento de 22,23% de aumento real, e a **Secretaria de Manutenção** 37% de investimento nesses quatro anos. Nesses três pontos coloquei, realmente **educação, saúde e manutenção**, todas as Secretarias têm as suas devidas importâncias, porém inseri este quadro aqui para mostrar que com esse crescimento a gente está conseguindo investir mais nesses três pontos fundamentais para a cidade.”

## Despesas com Pessoal e Encargos

Receita corrente líquida 780.508.348,40

Total de despesas com pessoal  
(Somente Prefeitura) 331.468.045,06

Percentual em relação à RCL 42,47%

“Tem a receita corrente líquida que é por este item você verifica, é feito a cobrança na Câmara. Todos os itens são baseados na receita corrente líquida do município, que o município produz que são R\$ 780.508 milhões. Aqui uma despesa de pessoal previsto, somente aqui a Prefeitura, porque os outros quadros não entrariam aqui, com o percentual de 42,47% para 2020”. **Com a palavra o diretor de orçamento e planejamento, Sr. Willian Nakamura:** “Aqui a gente tem os quadros demonstrando o investimento para as Secretarias Fins. Os valores orçados os principais para essas Secretarias de: Educação, Saúde e Manutenção. A Educação tem o valor orçado de R\$ 241 milhões; Saúde R\$ 188 milhões e Manutenção R\$ 124 milhões, são os maiores orçamentos da Prefeitura”.



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

## Proposta de Orçamento 2020

Secretarias-Fim	Orçamento 2020
Assistência e Desenvolvimento Social	20.442.797,00
Cultura	7.106.700,00
Esporte e Lazer	6.270.700,00
Educação	241.452.105,05
Saúde	188.946.740,18
Manutenção e Serviços Urbanos	124.793.739,98
Governo	1.077.200,00
Segurança Cidadã	13.891.892,00
Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego	4.158.900,00
Planejamento Urbano e Habitação	8.124.100,00
Meio Ambiente	4.642.750,60
Transportes e Mobilidade Urbana	21.992.860,00
<b>Total</b>	<b>642.900.484,81</b>

“Prosseguindo, temos as Secretarias Meio; as maiores são Planejamento e Finanças com R\$ 74 milhões e Administração com R\$ 42 milhões. Por fim a gente tem, logo abaixo, o Instituto com R\$ 97 milhões e a Câmara Municipal com R\$ 31.996 milhões”.

## Proposta de Orçamento 2020

Secretarias-Meio	Orçamento 2020
Gabinete do Prefeito	9.614.013,16
Administração	42.861.510,13
Planejamento e Finanças	74.017.317,38
Comunicação Pública	3.951.700,00
Assuntos Jurídicos	4.840.456,20
Controladoria Geral	824.700,00
<b>Total</b>	<b>136.109.696,87</b>
<b>Demais Entidades</b>	
<b>Orçamento 2020</b>	
Instituto de Previdência do Município de Suzano	97.118.000,00
Câmara Municipal	31.996.220,00
<b>Total</b>	<b>129.114.220,00</b>

“A gente vai comentar brevemente sobre a emenda constitucional de 86/2015, que acrescentou alguns parágrafos no artigo 166, referente às emendas individuais. Como o Itamar comentou, a receita corrente líquida serve para parâmetros para diversos indicadores e regras. E uma delas são as emendas individuais que 1,02 % da receita corrente líquida é reservado para as emendas individuais do Legislativo. O § 9º fala que 50% deve ser investido em Saúde; no § 10, diz que não pode ser custeio de pessoal ou encargos sociais. O § 11 fala da obrigação da execução orçamentária e sobre alguns critérios da execução equitativa. A gente trouxe um quadro só para demonstrar a evolução da receita corrente líquida. O ano de 2018 foi fechado em R\$





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

701 milhões, a receita corrente líquida prevista em 2019 foi de R\$ 717 e para 2018, R\$ 780 milhões”.

## Sobre as Emendas Impositivas

- **§ 11. É obrigatória a execução orçamentária e financeira** das programações a que se refere o § 9º deste artigo, em montante correspondente a 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da **receita corrente líquida realizada no exercício anterior**, conforme os critérios para a execução equitativa da programação definidos na lei complementar prevista no § 9º do art. 165.

Receita Corrente Líquida Prevista para 2020	780.508.348,40
Receita Corrente Líquida Prevista para 2019	717.475.082,10
Receita Corrente Líquida Realizada 2018	701.033.235,17

“Por fim, a gente tem a demonstração do valor referente às emendas impositivas. A gente disponibilizou na lei orçamentária a rubrica da reserva de contingência que somam no total de R\$ 17 milhões. Dentre esses valores, constam R\$ 9.366.100,00 para a divisão entre os membros da Câmara Municipal. Os demais recursos são da própria reserva de contingência que é 1% da RCL. Bom, encerro aqui as minhas palavras.”

## Sobre as Emendas Impositivas

Foi disponibilizada a seguinte dotação para Emendas Impositivas:

01.04.40.99.999.9999.9999.9.9.99.99.00

Esta refere-se à Reserva de Contingência.

Total de Reserva de Contingência 2019	17.171.183,66
Emendas Impositivas	9.366.100,00
Reserva de Contingência (1% RCL, § 1º, Art. 5º LDO 2018)	7.805.083,66





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

**Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Só fazendo a conclusão da informação, que é interessante justamente isso, com o crescimento da (RCL) Receita Corrente Líquida do Município, os vereadores também têm na questão da emenda impositiva um valor com percentual 1,02% da receita corrente líquida, para poder fazer a utilização de acordo com que dita a lei federal. Presidente, aqui são as considerações e apresentação da Secretaria de Planejamento e Finanças referente ao Projeto de Lei Orçamentária de 2020. Fico à disposição para quaisquer esclarecimentos.” **A Senhora Presidente:** “Também quero agradecer a presença do secretário, por sempre estar aqui explanando referente a sua Secretaria. Quero agradecer a presença dos vereadores Leandrinho e da Ver<sup>a</sup>. Neusa do Fadul. Passo a palavra aos vereadores para seus questionamentos. **Com a palavra o Ver. Leandro Alves de Faria – PL (Leandrinho):** “Primeiramente, quero cumprimentar o secretário Itamar, o Ademilson, o Willian e toda a equipe que está no plenário. Quero aqui, Secretário, parabenizar, não só a Secretaria que o senhor faz parte, como todas as Secretarias em que vemos a evolução. Nós, vereadores, estamos todos os dias na rua, a gente vê que a população está contente com o que vem acontecendo em Suzano, obras, infraestrutura, posto de saúde com estrutura para atendimento, enfim, em todas as áreas da Prefeitura. Vemos também a melhora que teve nesses três anos de mandato, praticamente já está no final do terceiro ano. Sabemos da dificuldade que encontramos no começo e que hoje o orçamento da Prefeitura é salutar, uma coisa que não tínhamos. Uma das perguntas que quero fazer é sobre as emendas impositivas. Sabemos que as emendas que não foram executadas este ano, podem passar para o ano seguinte. A parte da execução que ficou pendente para este ano, não sei se terá tempo hábil para ser concluída, eu mesmo tenho duas emendas nesta situação, entra no orçamento do ano que vem como resto a pagar ou fica contingenciado para o que foi determinado na emenda impositiva?” **Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Obrigado, Ver. Leandrinho! Dentro dessa linha, o senhor mesmo já disse que emenda é impositiva. A execução dela depende de vários fatores, muitas vezes, você não consegue fazer a execução no ano em que está atribuída, porém a origem do recurso é de vocês vereadores e deve ser utilizado naquilo que vocês determinaram. É uma das linhas que sempre defendi, tem que ser executada. A emenda impositiva, a execução dela tem que ter os parâmetros. Às vezes, você faz uma licitação e não atende naquele pleito; conforme você havia dito, você tem dois meses, então até este prazo, faz um processo licitatório e se uma empresa entra com recurso, até ser julgado, fazer todo o trâmite, não tem tempo hábil, ela vai virar para o ano que vem. Então, tem que ser executado esse nosso recurso de orçamento que coordenamos, colocamos esse valor dentro do orçamento de 2020, no caso, para ser executado. Financeiramente não ocorre a perda, ou seja, virou o ano, perdeu. Porque senão, você poderia fazer o seguinte, protelar, não executar e trazer ele de volta para o orçamento. Não é essa a ideia do projeto e sim fazer com que os vereadores tenham obras e trabalhos. Isto é, a cara do vereador, a presença do vereador seja visualizada por meio de emendas. Então, ela é transferida e sua execução, conseqüentemente, de acordo com a evolução das demandas. Algumas são imediatas. Por exemplo,



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

muitas vezes você entra com o custeio da saúde que precisa para a semana passada, como algumas vezes já aconteceu. Compra de remédio, que você tem a demanda; outras situações demandam processo licitatório um pouco mais estendido e ocorre esses tipos de situações. Só lembrando, que a gente tem ainda aqueles cento e vinte dias para o ano seguinte, para se acaso ocorra alguma divergência, possa ser revisto no ano subsequente. Então, o que é interessante mesmo é o exercício, que é uma modalidade nova, três, quatro anos. Em alguns municípios nem tem esse trabalho. Aqui em Suzano a gente está tentando fazer sempre o melhor nesse sentido.” **Com a palavra o Ver. Leandro Alves de Faria – PL (Leandrinho):** “Agradeço secretário. Só para finalizar, acompanhamos a LOA do ano passado e deste ano, queria que o senhor falasse um pouco das ações que serão feitas, principalmente, com o aumento, com o superávit que teve este ano, para o ano que vem, onde que o governo pretende avançar um pouco mais? Sei que isso é uma previsão que estamos fazendo, mas o senhor como secretário de finanças deve ter uma noção para nos dizer onde será investida a parte que hoje é maior que o ano passado. E no ano que vem, a gente vai ter esse aumento que teve na receita?” **Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Ver. Leandrinho, vou voltar no quadro que eu havia comentado que é da Educação, estou falando praticamente de 2016, 2020, teve o incremento de 31,44% em receita; na Saúde 22,02%, e 37% na Manutenção. Quando eu ponho estes três itens, logicamente todas as Secretarias têm importância, é interessante entender que quando se abre uma nova creche, como a Secretaria de Educação tem feito um trabalho constante para diminuir o déficit, você tem mais professores, você tem mais estrutura para a educação, então o orçamento vai. Por meio de suas palavras, a gente tem feito inauguração de UBS, de USF, cada inauguração tem um custo para a manutenção/mês. Então, você faz a inauguração, logicamente, tem que vir a composição de como vou manter aquilo e a parte estrutural da cidade também está acontecendo. Esses três vieses, não vou dizer que são o norte, são a parte estrutural, e finanças está indo para isso. É consequência do trabalho, uma vez que você começa a trabalhar mais, a população exige mais qualidade, e para isso você tem que ter mais recurso financeiro. A gente tem que ter esse equilíbrio de onde vem esse recurso financeiro, que é da própria população, e entregar para ela esses serviços com qualidade. Se eu pegar essas três Secretarias, praticamente, qualquer superávit, recurso que venha a mais, vai para a Educação, Saúde e para a parte estrutural da cidade, que é a parte de Manutenção. Essas são as três principais linhas desses incrementos. Para este ano você vai ter o fechamento contábil agora, para a gente entender para o ano que vem, inclusive, quero agora agradecer os vereadores, não tive essa oportunidade, pelo Refis, vai entrar agora dia 29 até o dia 27 de dezembro, porque o Refis também, nas contas que temos feito, já está com a previsão de fechar o ano. É uma ferramenta importante, não é para ter mais caixa, é para fechar o caixa. Essa é a ideia, porque o Governo Federal e o Governo Estadual este ano, é sabido, não tiveram essa evolução toda. A gente está carregando nas costas, ou seja, é a receita municipal que está dando o equilíbrio nas contas.” **Com a palavra o Ver. Leandro Alves de Faria – PL (Leandrinho):** “Agradeço, Secretário! Só pra finalizar, sei que não tem muito a ver com o tema, com a LOA, mas é importante para a



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

população saber, estamos chegando ao final do ano, a inadimplência do IPTU como hoje está, Secretário?” **Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Ver. Leandrinho, para a gente determinar a inadimplência teria que fechar o ano fiscal, que aí fecho este ano versus o ano passado. Mas o que está acontecendo? A gente de Planejamento, todos os meses, verifica qual é o valor do IPTU que entra no caixa do município. Quando a gente sai do pico do dia 15 de março, que é quando vence a parcela, a gente vai acompanhando a evolução do gráfico mês a mês. Com muita alegria ele tem vindo quase que em um padrão, isto é, a variação não é muito grande como acontecia em outros anos. Por exemplo, em um mês entravam R\$ 5 milhões e no outro R\$ 4.200 milhões, então você tinha a diferença de R\$ 800 mil. Agora, por exemplo, você tem uma entrada de R\$ 7 milhões, R\$ 7.100 milhões, R\$ 6.950 milhões, quase constante. Você consegue ter um padrão que indica que as pessoas estão mais em dia com o município. Mas esse número, a gente vai conseguir passar para a Casa de Leis, praticamente, no fechamento do último quadrimestre, que é em fevereiro, quando dá para ter essa informação. No nosso planejamento, quando iniciamos o trabalho, eram 32%, agora está em torno de 18% a 22%, ou seja, está caindo significativamente. O que é uma confiança no governo. Sempre falo isso, porque o IPTU é o imposto mais próximo da população. A gente paga muito mais de ICMS de IPI de vários outros impostos, mas o IPTU é muito próprio, mais próximo da gente e tem um vínculo direto com o governo. Se você não acredita, não paga. O número que eu estimo, posso apresentar para vocês, lá na frente, é de 18% a 22%, mas como estamos no ano fiscal é difícil precisar esse número para você. Aproveitando a palavra, eu gostaria de agradecer a presença do Ver. Joaquim Rosa e do Ver. Lisandro aqui na audiência. Obrigado vereadores!” **Com a palavra o Ver. Joaquim Antonio da Rosa Neto – PL (Joaquim Rosa):** “Eu não sei, de repente, pode ser até uma pergunta que o Ver. Lisandro queira fazer ou se quiser fazer algum reparo, alguma coisa. Quero fazer uma pergunta justamente sobre a Causa Animal. No ano passado não foi direcionada nenhuma verba para Causa Animal. Queria saber se há possibilidade ainda de destinar um valor, como não se tem base dos outros anos, sempre é feita uma correção e é separado um valor para cada Secretaria, para cada ação. Estivemos até discutindo que ficava no impasse se era para a Saúde ou para o Meio Ambiente. Ficava naquilo vai para lá, vem para cá. Inclusive, agora a gente tem a oportunidade de direcionar alguma emenda impositiva e, na verdade, hoje não sei exatamente para onde mandá-la. O William está aqui pode nos dizer qual o direcionamento, se mandamos para a Saúde com a finalidade de se usar na Causa Animal ou se mandamos para o Meio Ambiente?” **Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Ver. Joaquim Rosa, vou iniciar a resposta e depois vou passar para o William. Realmente, nos anos passados você tinha a questão da Causa Animal, que tem a questão do Meio Ambiente e da Zoonose que é Saúde. Tudo que implica é saúde. Aí tem uma questão, quando fala Zoonose não é a Causa Animal que chega à população, que é o trato do animal, do carinho, permita-me o termo, que é a questão mais humana com o animal, está dentro da Causa Animal. A questão doença do animal é Zoonose - Saúde. Por isso tem essa divergência de você não poder usar os 50% que seria Zoonose, como do outro lado



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

que é Causa Animal. Só para a gente definir. Sim, está aberto como foi mostrado inicialmente. A Câmara Municipal terá R\$ 9.366.100 milhões para emendas impositivas. Disso 50% é para a Saúde, que tem algumas demandas, e os outros 50% cada vereador poder fazer a sua gestão. Vou passar para o Willian, para ele falar sobre a questão que a gente vai acompanhar com a Câmara a indicação correta da emenda, para não ter que voltar em janeiro, fevereiro e ter que fazer os ajustes, que realmente acabam gerando um transtorno para toda a Casa. **Com a palavra o diretor de orçamento e planejamento, Sr. Willian Nakamura:** “Na verdade, só ia responder, praticamente, a mesma coisa. Realmente, este ano já foi definido, ficou para o Meio Ambiente assumir esta questão do bem-estar animal, desvinculou da Zoonose, porque são assuntos diversos. Mas está à disposição para qualquer tipo de alteração pela Câmara Municipal. A partir de agora, a gente não tem como intervir no projeto de lei, até porque serão vocês que vão avaliar e aprovar a partir de agora. Então está aberta”. **Com a palavra o Ver. Joaquim Antonio da Rosa Neto – PL (Joaquim Rosa):** “Existe alguma rubrica que a gente já possa direcionar a emenda?” **Com a palavra o diretor de orçamento e planejamento, Sr. Willian Nakamura:** “Tem sim, posso passar. O setor que atualmente faz esta interlocução entre a Câmara e a Prefeitura em razão das emendas impositivas é a unidade de Planejamento Estratégico. Mas tudo bem, a gente pode conversar, posso entrar em contato, a gente verifica esta questão, sem problema algum. **Com a palavra o Ver. Joaquim Antonio da Rosa Neto – PL (Joaquim Rosa):** “Fico agradecido! Então depois eu converso com o Willian e a gente vê o que a gente consegue direcionar nessa parte.” **Com a palavra Ver. Lisandro Luís Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS):** “Secretário Itamar, boa tarde! Agradeço por estar mais uma vez aqui na Câmara Municipal, nesta audiência. E antes de fazer as minhas perguntas, Secretário, queria introduzir: o que a gente está fazendo aqui hoje? Porque é uma coisa que a gente precisa levar mais a sério. A gente está tratando o orçamento de 2020 aqui na Câmara; a gente tem uma taquígrafa aqui registrando tudo o que é falado dentro desta Casa de Leis, todas as perguntas e todas as respostas. Há três anos consecutivos, venho para esta Casa, a gente discuti aqui o orçamento municipal e a minha pergunta é sempre igual a que o Ver. Joaquim acabou de fazer, que é relacionada ao orçamento para a Causa Animal. No ano passado, Secretário, fui muito enfático em questionar o senhor de quanto a gente iria investir em castração de cães e gatos pelo município. O senhor, aqui na Câmara, afirmou que existia um valor definido, mas que o senhor não sabia dizer. Na mesma audiência o questionei se o Conselho Municipal de Educação tinha um orçamento próprio para ser utilizado dentro da Prefeitura. O senhor afirmou aqui que existia esse orçamento, só não soube informar o valor. Na prática, um ano se passou e qual a conclusão que eu tirei? Não havia nenhum valor empenhado, nada foi gasto; todas as campanhas de castração foram financiadas com emendas impositivas, apesar de ser uma política permanente dentro do município e o Conselho Municipal de Educação não recebeu nenhum orçamento. No dia 07 de novembro vai completar um ano que estou aguardando a resposta de um ofício que mandei para o senhor, tentando formalizar o que foi discutido aqui, formalizando exatamente as perguntas que estou fazendo agora. Então a questão que quero relevar é a seriedade deste momento, a importância de a gente tratar aqui informações precisas e verídicas que,





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

de fato, se concretizem em 2020. Eu me sinto muito mal de receber o salário que eu recebo, de cumprir a minha função como vereador, de discutir projetos aqui e as coisas não se concretizarem lá na frente. Faço esta introdução para poder realizar as minhas perguntas mais direcionadas. A gente tem uma política de Causa Animal que está estabelecida em lei municipal e federal sobre castração no município. Hoje, pelo que analisei na LOA a gente tem zero. Como o próprio assessor do senhor disse agora as emendas impositivas podem ser utilizadas para isso. As emendas impositivas financiam trabalhos temporários de interesse do vereador. As perguntas, a primeira delas que faço é: qual é o orçamento real do município para cumprir a lei, a legislação federal de castração? E a segunda é se este ano, de fato, a gente vai ter um orçamento para o Conselho Municipal de Educação? Para eles terem mais propriedade no trabalho, mais independência e conseguirem caminhar sozinho, sem essa subordinação ao um órgão público. Essa subordinação financeira tão dependente, que hoje até faz algumas questões políticas influenciarem lá. A terceira pergunta, Secretário, depois se o senhor quiser posso ir repetindo para o senhor: a gente tem uma lei que estabelece a relação do Comas na cidade, que é o Conselho da Assistência Social e, pelo que fiquei sabendo, o Comas não aprovou o atual orçamento que está sendo discutido na Câmara Municipal hoje. Eu queria saber do senhor se isso é verdade e se foi aprovado lá no Comas? A quarta, ainda na questão de Assistência Social, que inclusive, sou o presidente desta comissão aqui na Casa, está relacionada à frente de trabalho. Hoje a gente viu o Ginásio Paulo Portela cheio de pessoas interessadas em participar da frente de trabalho, por uma simples conta que fiz, a gente estima um gasto de pelo menos R\$ 3 milhões de reais com a frente de trabalho. Até aí ótimo! Mas quero lembrar que a frente de trabalho é um trabalho assistencial de fomentar as pessoas a tentarem a entrar em um novo emprego. O que me preocupou é que não achei dentro do orçamento da Assistência Social qualquer menção sobre o programa frente de trabalho. Eu queria saber como isso vai ser financiado, e se vai ser financiado pela Secretaria de Assistência Social? Por último, até pegando um gancho com o que o Ver. Joaquim falou, como as minhas expectativas não são as melhores com relação ao orçamento da Causa Animal, a gente pretende encaminhar emendas impositivas para financiar este tipo de atividade. Só que o senhor ou o prefeito fez uma modificação nas regras internas e a gente recebeu informação aqui que as emendas de Saúde, ao contrário da informação que o senhor deu agora, de que questões que envolvem doença poderiam ser encaminhadas para a Saúde, a gente recebeu a informação que até a castração que é praticada em várias cidades por meio da Secretaria de Saúde não poderia ser indicada para a Secretaria de Saúde, quem vai promover isso é a Secretaria de Meio Ambiente. Ou seja, com uma decisão dessa, o senhor impede que, qualquer recurso da Saúde por parte dos vereadores, seja encaminhado para a Causa Animal, porque esta seria a única alternativa. Falei com o assessor do prefeito, Alex, com o André Chiang, estou esperando um retorno sobre esse posicionamento específico das emendas. Mas eu queria saber do senhor se não existe como voltar atrás dessa decisão para que a gente possa, de fato, direcionar 50% do nosso recurso aqui, que é obrigatório para a Saúde, para a questão de castração, que dentro do âmbito da Causa Animal é muito pacífico, que seja uma ação de saúde pública, que hoje a gente



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

vê os hospitais com mais de 40% de problemas que estão relacionados a doenças zoonóticas de animais que saem da rua. Então, isso é saúde pública, precisa ser aceito como saúde pública, tanto é que o senhor ou a Secretaria de Saúde está realizando, hoje inclusive, uma licitação para contratação de um Castra Móvel que é justamente pela Secretaria de Saúde. Só que essa modificação para o ano que vem causou um embaraço que impede a gente enviar mais recurso. Então as perguntas são essas.” **Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Ver. Lisandro, tem uma sequência aí de informações, vou tentar fazer de trás para frente, porque fica mais fácil. A questão da emenda impositiva e Saúde, só pra a gente planilhar, lógico, que foi a resposta dada ao Ver. Joaquim Rosa. Você vai ter o valor X da emenda, R\$ 500 mil, destes, você tem 50% para Saúde, que escrevo, discuto qualquer necessidade dentro do município de Suzano. Você inaugurando UBS, USF, vendo as demandas do Pronto de Socorro e da Santa Casa se fazem necessárias. Diria que mesmo com o orçamento e mesmo com os 50% indo direto para a saúde humana, ainda é pouco, porque saúde você nunca sabe se a pessoa está com uma dor de cabeça ou se está com um câncer. Então, ela sempre tem uma demanda muito maior do que a nossa capacidade financeira. Os outros 50%, que é onde entro nesta questão, que neste outro 50% não tem divergência nenhuma, pode ser feita a utilização para a castração e para o bem-estar animal, Zoonose, você pode complementar. Então, fica sempre na mão do próprio vereador, na dosagem, o auxílio da forma que ele queira fazer. Nós temos feito, não tenho os números do programa de castração, qual os valores, mas acredito que a demanda não é tão alta R\$ 1, R\$ 2, R\$ 10 milhões. Vai sempre ter um valor X para ser investido na causa. Só separando a informação, os 50% da Saúde, e na saúde temos as demandas sim. Você tem a Clínica da Família no Jardim Revista, antiga UPA que precisa do recurso para colocá-la de pé e dar para a população utilizá-la. Depois de começarem a utilizá-la vamos ter um investimento na Saúde, na ordem de seus R\$ 500 mil por mês, ou seja, R\$ 6 milhões por ano. Uma vez inaugurando-a é este valor a mais dentro do orçamento. A demanda da Saúde sempre vai crescer, é natural isso. Voltando, os outros 50% que também é liberado pode sim deliberar para qualquer utilização. A questão de frente de trabalho, um projeto que colocamos em ordem. Eu só vou remeter para o William, porque lembro sim no próprio projeto de lei ter colocado o valor.” **Com a palavra o diretor de orçamento e planejamento, Sr. Willian Nakamura:** “Sim, foi orçado um total de R\$ 2 milhões para pagamentos de auxílios financeiros a pessoas físicas, referente à frente de trabalho.” **Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Então está no projeto de lei. Como funciona a frente de trabalho? De seis em seis meses tem uma rotatividade. Você pode ter um pico de R\$ 300 mil, depois R\$ 200 mil. Você tem fluxo de pessoas que entram e saem; o contrato só pode ser renovado por mais um ano, seis meses e depois de um ano a pessoa não pode mais participar do projeto, porque aí entra na questão social que é o foco do projeto de frente de trabalho. Também o orçamento é dinâmico, ou seja, você vai vendo qual é a necessidade, se precisar fazer uma suplementação ou algum ajuste aí é onde que a Secretaria de Finanças entra, porque ela vai ajustar todo o ponto. Se preciso que seja R\$ 2 milhões, a capacidade financeira e o freio que a



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

Secretaria tem é este valor, então, não vai poder chamar mais do que isso. Você tem uma flexibilidade orçamentária: dá para convocar mais pessoas? Sim, aí você vai ter um regramento. Vou fazer outra analogia, ano que vem é ano eleitoral, não pode ser maior do que foi este ano. Você tem que ter um parâmetro, é uma política pública e social. Ela está seguindo isso. A gente pegou inclusive uma média dos projetos dos dois anos e colocou agora para não ficar excedente. Imagina, invertendo a questão, se tivesse colocado R\$ 4, R\$ 5 milhões, na frente de trabalho, daria uma explosão no ano eleitoral! Aí estaria fazendo uso do processo social com essa função. Na verdade, a gente busca ser mais conservador nesta linha. Não é gastar. Ela é flexível, tem essas restrições orçamentárias ver o que vai acontecer, isso se aplica para vários outros itens. Voltando na questão da Causa Animal, voltando à resposta do Ver. Joaquim Rosa, como ele até pediu permissão para fazer a pergunta, tem a dotação, foi colocado o valor, só que para a maioria dos itens, logicamente está em aberto tem o valor X. Se este valor vai atender a demanda, não tenho esta resposta de bate e pronto: olha, o ano que vem vou precisar de R\$ 152 mil. Tem R\$ 50, R\$ 80 mil, com o complemento dos vereadores eu chego para atender a população. Então, diferente de outros anos, tem sim a dotação específica agora no Meio Ambiente. A questão da Zoonose e da Causa Animal, que a gente sempre faz este comentário, a Causa Animal é uma coisa mais “humana”, do bem-estar e a Zoonose, da Saúde. Concordo contigo na questão da castração ser algo vinculado à Zoonose. Tenho essa percepção também, mas neste caso estou seguindo algumas regras que não sou eu que imponho. Se for nessa linha, também faço votos que seja, porque acaba dando mais flexibilidade de utilização, que aí você vem via SUS para atender essa demanda, recursos que poderia “linkar” nisso. A castração estaria numa política de educação, de conscientização da população, porque é o resultado de uma consequência de você não ter um cuidado inicial com o animal. A partir do momento que você faz, sem muita conta, um programa bem feito de castração tende a utilizar cada vez menos recurso público para aquele fim. Que vai utilizar menos para a castração e mais para o bem-estar animal. Você acaba mudando o viés dele. Estou pontuando o que você colocou, caso não responda aqui, fico convidado a ir ao seu gabinete para a gente discutir. Voltando ao Comas, não tenho a informação precisa se aprovou ou não o orçamento. Tem uma lei federal que diz o seguinte, que no último dia de setembro tem que ser apresentado e protocolado na Casa de Leis o orçamento. Agora se uma Secretaria não mandou o orçamento para mim, se tenho várias situações que não foram fechadas, eu tenho que mandar, protocolar o projeto de lei aqui, é uma lei federal. Hoje o projeto está aqui na Casa de Leis. Até o Willian usou as palavras com o vereador que hoje é a Casa de Leis que está fazendo a gestão do projeto. Se tiver essa demanda, hoje já será via Casa de Leis que fará o entendimento neste sentido. Não posso depender de nenhuma Secretaria, de nenhum órgão para encaminhar o projeto para cá. Tenho que fazer já as projeções, versus as minhas médias, com as informações que já tenho, neste caso é tratado com todas as Secretarias e encaminhando. Imagine só, se tivesse que submeter se ao Comas, ao Conselho Municipal de Educação de Saúde a todos eles para eles aprovarem e depois mandar para a Câmara?! Então, estou tirando dois poderes: do Legislativo que é legislar e do Executivo. O Conselho deve sugerir, acompanhar e fazer suas críticas, mas ele não é





# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

um elemento que vai barrar o encaminhamento do projeto. Porque senão, imagine se a gente fechasse o ano sem o projeto orçamentário, fazendo o uso dessa sua colocação. Só fechando a questão do Conselho Municipal de Educação, que quando você coloca os recursos no orçamento a dotação é ampla. Então quem faz a gestão do recurso, tenho as dotações macro, vocês têm os projetos, sabem disso, da dotação. A Secretaria é a gestora. Não sou eu secretário de finanças que sou o gestor, sou gestor do Planejamento e Finanças. Aqui sou o ordenador de despesa. O ordenador de despesas de cada uma das Secretarias são os seus devidos secretários, é isso que diz a nossa lei municipal. Se o secretário vai encaminhar ou não é uma gestão direta entre a Secretaria e seus contratos ou submetidos. Se o secretário achar que deve ser feito dentro do contexto, procede desta maneira. Não cabe gestão à Secretaria de Planejamento e Finanças e a nenhum Conselho Municipal, não tenho gestão sobre esta situação, que seja o Comas, que seja a de Saúde, de Educação, eles têm o orçamento próprio vinculado à Secretaria. Então não tenho essa prerrogativa de chegar lá e falar, vou aumentar, vou diminuir. Acho que o restante já foi respondido”. **Com a palavra o Ver. Lisandro Luís Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS):** “Ok, Secretário. Eu só queria completar, só para reforçar pra gente ser objetivo, porque para mim o que está registrado aqui é o que vou considerar para o ano. Então com relação às emendas impositivas, que o senhor falou agora, em outras palavras acabou de confirmar que a Prefeitura mudou a política e vai prejudicar a Causa Animal, ou seja, emendas da Saúde a gente não pode usar para a Causa Animal. Isso é um prejuízo para a Causa Animal. O segundo ponto, só preciso complementar, porque vocês não responderam, é que o orçamento da frente de trabalho não o vi na Assistência Social, não sei se foi mudado para outra pasta. Esta lá?” **Com a palavra o diretor de orçamento e planejamento, Sr. Willian Nakamura:** “Está na administração agora, para 2020.” **Com a palavra o Ver. Lisandro Luís Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS):** “E por que frente de trabalho dentro da Administração?” **Com a palavra o diretor de orçamento e planejamento, Sr. Willian Nakamura:** “É porque o gerenciamento está junto com o RH, está vinculado ao Recursos Humanos.” **Com a palavra o Ver. Lisandro Luís Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS):** “Mas é uma ação social, não é?” **Com a palavra o diretor de orçamento e planejamento, Sr. Willian Nakamura:** “Sim, mas é que o gerenciamento está sendo feito pelo recursos humanos. Então, todas as pessoas que são aprovadas, que participam da frente de trabalho não vão para a Assistência, elas buscam os recursos humanos, o prédio do Paço aqui mesmo. Por isso que houve essa alteração para 2020. Tanto é que quem gera o pagamento da frente de trabalho é a Administração, por meio do sistema que gera a folha de pagamento”. **Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Só complementando, o recurso é municipal, é do tesouro. Não é vinculado ao da Assistência. E sim um recurso que é do Tesouro Municipal. Não tem vínculo da Assistência Social que vem do governo, nada nesta linha. Por isso que é possível, e está tratado desta forma.” **Com a palavra o Ver. Lisandro Luís Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS):** “Assim como é possível a gente tratar a castração dentro da Secretaria de Saúde, não é?” **Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana:** “Vereador,



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

gostaria que você pontuasse que eu em momento algum falei que a Prefeitura mudou a política e vai prejudicar. Que fique consignado que não disse isso.” **Com a palavra o Ver. Lisandro Luís Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS)** : “O senhor acabou de falar que a gente não pode usar recursos da Saúde na Causa Animal, a emenda impositiva. O ano passado nos fizemos isso.” **Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana**: “Vereador, Causa Animal é a parte mais humana do animal. Zoonose é Saúde. Os 50% pode usar em um, e os outros 50% no outro. Essa decisão você pode tomar. Consignar que a Prefeitura mudou a política e vai prejudicar, em momento algum. A lei continua do mesmo jeito. Você pode pegar 50% da sua emenda impositiva e colocar no Meio Ambiente, que vai fazer uma gestão da Causa Animal e os outros 50% colocar na Zoonose, que vai fazer outra tratativa. Aí 100% do seu recurso está voltado para o animal. Isso você pode fazer. Em momento algum, vejo que a Prefeitura não mudou a política e não vai prejudicar, só quero consignar isso.” **Com a palavra o Ver. Lisandro Luís Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS)**: “Secretário, a informação que a gente recebeu aqui na Câmara, só se estiver equivocada, não é Presidente? É o que fiz o ano passado que foi destinar recursos da Saúde para a castração, por meio do centro Zoonoses, não poderia mais ser feito, porque o Centro de Zoonose não iria mais cuidar de castrações. Isso deveria ser feito via Meio Ambiente. Com essa decisão que vocês tomaram, vocês impedem que a gente mande parte da emenda impositiva de Saúde para a castração. A minha pergunta é muito objetiva: se eu fizer uma emenda impositiva para a Saúde, para a castração por meio do centro Zoonose, a Prefeitura vai executar?”

**Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana**: “Qual a diferença de fazer essa mesma proposta para o meio ambiente? Mesmo valor.” **Com a palavra o Ver. Lisandro Luís Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS)**: “Porque tenho que obrigatoriamente mandar 50% da Saúde.” **Com a palavra o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças, Sr. Itamar Correia Viana**: “Para a gente não entrar em discussão, coloco-me à disposição para a gente fazer esta discussão no gabinete mesmo, para passar esta informação, porque na verdade estamos sendo redundantes nas informações. Então a gente, no gabinete mesmo, já resolve, porque se colocar todo ele na Zoonose é um viés, igual comentei contigo, Vereador, por isso estou achando estranho. Concordo sim, que a Zoonose poderia fazer esse papel, fazer a castração, porque tem um vínculo mais de saúde do animal. Por isso que quando fala Causa Animal é amplo. A Causa Animal na questão mais direta ao animal, do bem-estar animal é paralela, não estão juntas, estão próximas na verdade. Já me coloco à disposição para a gente definir este assunto em gabinete, para que não ocorra essa distensão de informação ”

**Com a palavra o Ver. Lisandro Luís Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS)**: “Ok. Obrigado.” A Senhora Presidente passa a palavra aos vereadores. Não havendo mais vereadores para fazer questionamentos, passa a palavra ao público presente. Não havendo manifestação, agradece a presença do Secretário Itamar e de sua equipe, dos vereadores e dos funcionários. Nada mais havendo a ser deliberado, a Senhora Presidente, às 15h40, encerra a Audiência Pública. Comparecem a esta Audiência Pública os seguintes Vereadores: Ver<sup>a</sup>. Gerice Rego Lione – PL (Esposa do



# Câmara Municipal de Suzano

*Estado de São Paulo*

Prefeito da Academia); Joaquim Antonio da Rosa Neto – PL(Joaquim Rosa); Leandro Alves de Faria – PR (Leandrinho). Lisandro Luis Frederico – PSD (Lisandro da ONG PAS). e Ver<sup>a</sup>. Neusa dos Santos Oliveira - Neusa do Fadul(PSD). Acompanhamento da Audiência Pública: diretor legislativo: Douglas Francisco Martins da Silva; diretor jurídico, Eric Trimboli Teixeira; jornalista, Thaís Aranha; taquígrafa, Rosinéia de Agostini Pacheco; auxiliar administrativo, Pamela da Silva Araújo.

**Plenário FRANCISCO MARQUES FIGUEIRA, em 23 de outubro de 2019**

**Ver<sup>a</sup>. Gerice Rego Lione – PL  
(Esposa do Prefeito da Academia)  
Presidente**

**VER. Edirlei Junio Reis - Professor  
Edirlei(PSD) )  
1º Secretário**

**VER. José Silva de Oliveira – PMDB  
(Zé Lagoa)  
2º Secretário**